

RELIGIÃO E POLÍTICA: RESSONÂNCIAS DO NEOCONSERVADORISMO EVANGÉLICO NAS MÍDIAS BRASILEIRAS

Magali do Nascimento Cunha¹

As transformações nos quadros socioculturais e políticos, em especial na última década e meia, têm intensificado estudos acadêmicos e chamado atenção do público interessado nas questões que envolvem religião no Brasil. Podemos identificar nesta transformação a articulação de quatro fenômenos interligados entre si: (1) o fortalecimento do ramo Pentecostal, com o surgimento de um sem-número de igrejas autônomas, autóctones, que transformou o cenário do cristianismo, ao provocar um crescimento significativo em termos numéricos e geográficos da população evangélica² e uma forte queda do número de católicos; (2) a ampliação da presença das igrejas evangélicas, majoritariamente pentecostais, nas mídias tradicionais, e a extensa participação dos diferentes segmentos desse grupo nas mídias digitais;

Terceira Marcha para Jesus, ocorrida em Taguatinga-DF na Avenida Comercial Norte. Foto: José Cruz/Fotos Públicas (04/07/2015).

(3) maior ocupação de espaço pelos evangélicos na política partidária, com a consequente consolidação da bancada evangélica, articulada como Frente Parlamentar Evangélica (FPE), e aumento dos esforços, da parte de algumas igrejas, por mais poder na esfera pública; (4) o crescimento do mercado da religião e o avanço do marketing religioso, que torna os cristãos um segmento de mercado, por meio da oferta de produtos e serviços especialmente desenhados para atender às suas necessidades religiosas, sejam de consumo de bens ou de lazer e entretenimento.

Descrever e interpretar a maior ocupação de espaço pelos evangélicos na política partidária e como as grandes mídias tratam a questão é o objetivo deste artigo. Para isso, são tomados por base três elementos que emergem da observação do fenômeno: a reconfiguração do lugar dos evangélicos na política; a emergência do neoconservadorismo evangélico; as transformações na relação mídia-religião, e, por fim, são trazidos apontamentos acerca do debate sobre a laicidade do Estado nacional brasileiro. O processo interpretativo está ancorado nos estudos em mídia, religião e cultura, realizados pela autora do trabalho, e também nos aportes de teóricos em comunicação e política, e em sociologia da religião. Matérias noticiosas e analíticas, de jornais e revistas, foram utilizadas como referências para o estudo do caso e seus desdobramentos, tanto como fonte de dados quanto como *corpus* de discursos das personagens envolvidas.

Chama a atenção que, em especial na virada da primeira década do século XXI, tem sido alcançada visibilidade mais intensa de lideranças defensoras de ideias e posturas explicitamente conservadoras e que se apresentam como modernas, pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias. Podemos identificar neste contexto uma nova face do conservadorismo religioso, um neoconservadorismo, que emerge como reação a transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero. Este estudo busca refletir sobre este processo, com ênfase em situações destacadas nos últimos cinco anos em seus contextos midiáticos.

A reconfiguração do lugar dos evangélicos na política

Por “evangélicos” este estudo refere-se a todos os cristãos não católicos ou ortodoxos, e que compõem o campo religioso brasileiro. Independente das peculiaridades dos distintos grupos que formam o segmento, os evangélicos brasileiros são identificados, nos estudos de religião, por: (1) uma predominante leitura fundamentalista (literalista) do texto sagrado cristão, a Bíblia³;

(2) ênfase na piedade pessoal na busca da salvação da alma (influência do puritanismo e do pietismo dos pioneiros missionários que vieram do sul dos EUA do século XIX ao Brasil); (3) frequentes posturas de rejeição das manifestações culturais não cristãs do país (fruto da mesma ação de missionários); (4) um isolamento das demandas sociais (resultante da espiritualização das questões da existência individual e social), entre elas a participação política. Transformações na cultura evangélica, na passagem do século XX para o XXI, têm provocado alterações deste quadro, mas essa configuração identitária, conservadora e fundamentalista deixou suas marcas na dinâmica que dá forma a esse segmento religioso.

Uma dessas transformações contemporâneas pode ser identificada no sepultamento da máxima “crente não se mete em política”⁴, especialmente a partir do Congresso Constituinte de 1986, quando foi formada a primeira bancada evangélica. A partir dali, pode-se dizer que a postura de isolamento deste segmento com relação à participação política – até então interpretada como algo “do mundo”, identificado a paixões terrenas – passou a conviver com outros ideais, referentes à participação e visibilidade na vida pública, que podem ser resumidos na formulação “irmão vota em irmão”⁵. Depois de altos e baixos numéricos, decorrentes de casos de corrupção e fisiologismo, a bancada evangélica se consolidou como força, o que resultou na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003. Até 2010, esses parlamentares não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico. Seus projetos raramente interferiam na ordem social: se revertiam em “praças da Bíblia”, criação de feriados para concorrer com os católicos, benefícios para templos. O perfil dos partidos nos quais a maioria desses políticos está afiliada reflete isto, bem como recorrentes casos de fisiologismo⁶.

Na legislatura iniciada em 2011, um forte conservadorismo moral passou a marcar a atuação da FPE, que trouxe para si o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e de homossexuais, valendo-se de alianças até mesmo com parlamentares católicos, diálogo historicamente impensável no campo eclesiástico.

Maior poder foi alcançado por este segmento religioso, avançando para além de cadeiras no parlamento, incluindo ministérios e presidências de comissões importantes na Câmara dos Deputados: Marcelo Crivela foi nomeado ministro da Pesca e Aquicultura em 2012, e George Hilton, ministro do Esporte em 2015 – ambos bispos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), vinculados ao Partido Republicano Brasileiro (PRB); além do emblemático caso em que o deputado pastor Marcos Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara em 2013⁷.

Os números do Censo 2010 são fonte para a demanda de legitimidade social entre os evangélicos e de conquista de mais espaço de influência⁸. O levantamento do número de evangélicos no Parlamento (Câmara e Senado) desde 2002, período da legislatura em que a FPE foi criada, até 2010, mostrou que a cada eleição houve um aumento em torno de 30% do total anterior⁹. O aumento projetado pela FPE, de mais 30% em 2014, não se confirmou, tendo sido eleitos 72 deputados federais nessas eleições – apenas dois a mais com relação à legislatura anterior. De qualquer forma, a Bancada Evangélica continua sendo grupo significativo na Câmara Federal: é a terceira em número, atrás das Bancadas dos Empresários e dos Ruralistas. Estes parlamentares estão ligados a 17 igrejas diferentes, sendo 13 delas pentecostais, o que mostra a força desta parcela específica dentre os grupos evangélicos no que se refere à atuação política¹⁰.

Não há, até o presente, um partido próprio dos evangélicos, mas pelo menos quatro agremiações têm forte presença do segmento: o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e o Partido Social Cristão (PSC).

O PRB, fundado em 2003 por partidários do ex-vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, é conhecido como “o braço político” da IURD. Em sua primeira eleição majoritária, em 2006, o PRB elegeu apenas um deputado federal – o pastor da IURD Léo Vivas (RJ), e reelegeu Alencar na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). No pleito de 2010, o número de deputados federais do partido saltou para nove, e em 2014, elegeu 21, dos quais 14 compõem a bancada evangélica, tornando-se a maior representação neste grupo. No Senado, o representante do PRB é o bispo da IURD Marcelo Crivella (RJ).

Fundado em 2011, o PSD, cujo presidente é o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, alcançou 38 deputados eleitos para a Câmara em 2014 (quatro da bancada evangélica) e mais dois senadores. As lideranças do partido, estimuladas por Arolde Oliveira (RJ), eleito em 2014, mas licenciado para assumir secretaria no Estado do Rio, estão buscando cada vez mais aproximação com evangélicos não relacionados à IURD, reforçando no espaço político as disputas do campo religioso¹¹.

O Partido Republicano da Ordem Social (PROS), criado em 2010, elegeu sua primeira bancada na Câmara dos Deputados em 2014, com 11 parlamentares, sendo um integrante da bancada evangélica. É identificado como “nascido evangélico”, já que o fundador-presidente, o ex-vereador de Planaltina (GO) Euripedes Junior, se apresenta como evangélico e filho de pastora¹².

O único partido que leva um nome religioso, o Partido Social Cristão (PSC), tinha pouca expressão até a repercussão da controversa indicação do

deputado pastor Marco Feliciano para presidência da CDHM da Câmara. Conhecido como um “partido de aluguel”, por ter escasso número de filiados e/ou parlamentares e abrigar candidaturas de políticos dispostos a pagar um preço pela inscrição, foi ocupado pela igreja pentecostal Assembleia de Deus (AD) a partir da eleição do presidente Lula, em 2002. O objetivo era competir com o poder que a IURD adquiria no apoio ao governo, o que gerou um novo fôlego à legenda. A AD “alocou [no partido] parcela de seus parlamentares e fez crescer a importância desta sigla para eventuais composições futuras, que a coloquem como parceira no poder, tanto em alianças regionais como nacional”¹³. A projeção alcançada por Marco Feliciano, a partir de sua indicação à CDHM da Câmara, deu força política ao PSC que, com o apoio da FPE e de lideranças evangélicas midiáticas, desvinculou-se da base do governo que trabalhava pela reeleição de Dilma Rousseff à Presidência da República. O partido lançou candidato próprio: o seu vice-presidente Pastor Everaldo, da AD. O PSC tem um senador e oito deputados federais evangélicos (dos treze eleitos), entre eles o pastor da Catedral do Avivamento, ligada à AD, Marco Feliciano, vencedor do pleito em 2014 com quase 400 mil votos, o terceiro entre os 70 deputados eleitos pelo estado de São Paulo. Isso mostra a força dos assembleianos na ocupação do PSC.

Diante do fortalecimento do poder político dos evangélicos, particularmente dos pentecostais, a AD decidiu pela criação de um novo partido, o Partido Republicano Cristão (PRC). O projeto foi aprovado pela Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), e mais de 40 mil pastores foram mobilizados para recolher assinaturas dos fiéis para a formação do partido, em aproximadamente 100 mil locais de culto em todo o país. A intenção é registrar o partido para concorrer nas eleições municipais de 2016¹⁴.

Personagem que deve ser mencionada neste processo é a ex-senadora Marina Silva. Membro da AD, foi candidata à presidência da República em 2010 com expressiva votação, pelo Partido Verde (PV). Desvinculada do PV, tentou criar o próprio partido, a Rede Sustentabilidade, mas não alcançou o número mínimo de assinaturas. Tornou-se candidata a vice-presidente da República na chapa de Eduardo Campos, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), em 2014. A fatalidade da morte de Eduardo Campos em acidente aéreo, em plena campanha política, alçou Marina Silva como candidata à presidente pelo PSB. Em boa posição nas pesquisas de voto, chegou a representar ameaça à polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no entanto, diversos fatores determinaram a retirada de apoio de eleitores à Marina Silva. Entre eles, controvérsias em torno do fato de ser evangélica e de ter cedido a pressões de religiosos contrários à inserção da temática dos direitos da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bisse-

xuais, Travestis e Transexuais) no seu plano de governo. Novamente ocupando o terceiro lugar no pleito para presidente, com votação inferior à alcançada em 2010, Marina Silva ainda é figura destacada na relação religião-política, e recentemente teve autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o registro do Partido Rede Sustentabilidade, que deverá integrar as eleições de 2016¹⁵.

A mais significativa conquista de poder político dos evangélicos nos primeiros meses da atual legislatura foi a ascensão do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), eleito Presidente da Casa. Membro da AD, Cunha tem usado o seu poder para facilitar a liderança e a atuação de deputados evangélicos em comissões especiais, criadas e recriadas por ele, e para acelerar a tramitação de projetos de lei e de emendas constitucionais, elaboradas por congressistas do grupo¹⁶. Entre elas está a Comissão Especial do Estatuto da Família que se revela com o objetivo de barrar os avanços nos direitos da população LGBT, projeto que teve seu texto principal aprovado por esta comissão em setembro, e segue tramitando¹⁷.

Ressonâncias do neoconservadorismo evangélico

Não há elemento novo na identificação de posturas fundamentalistas de lideranças religiosas – políticas e midiáticas – por parte de militantes de esquerda, de movimentos sociais, e por analistas do contexto sociopolítico do país. Isto se relaciona às abordagens teológicas difundidas por essas lideranças, e reproduzidas por parte do conjunto de fiéis, que justificam, por exemplo, posições racistas embasadas na leitura fundamentalista de textos do primeiro livro da Bíblia, o *Gênesis*, que contém a narrativa da descendência de Noé – uma das acusações feitas ao deputado pastor Marco Feliciano por militantes de direitos humanos¹⁸ recentemente. Também faz parte deste contexto que estas mesmas lideranças conduzam reflexões teológicas que defendem a existência de um Deus guerreiro e belicoso, e incentivem a discriminação a quem lhes faz oposição ou tenha posição diversa, como agentes do diabo¹⁹.

A novidade reside na visibilidade alcançada por essas lideranças na esfera pública, seja por meio da mídia, ultrapassando os arraiais evangélicos – como o pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, cantores gospel e novas celebridades religiosas que tem se tornado amplamente conhecidas – seja por meio de projetos de articulação e acúmulo de forças no campo político.

O neoconservadorismo²⁰ emerge, no Brasil, como reação a transformações socioculturais que o país tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas voltadas para direitos humanos e gênero. O prefixo “neo” se deve à forma como as lideranças

evangélicas se apresentam: como pertencentes aos *novos tempos*, em que a religião tem como aliados o mercado, as mídias e as tecnologias – mas que se revelam defensoras de um conservadorismo explícito e discursos de rigidez moral, visando à conquista de poder na esfera pública²¹.

O neoconservadorismo evangélico não é, no entanto, um dado isolado, é parte de um contexto de fortalecimento de posturas conservadoras na esfera pública brasileira em geral. Pesquisa eleitoral realizada pelo Datafolha em outubro de 2013 revelou que a maior parte dos brasileiros se identifica com valores de direita. A separação foi feita com base nas respostas dos entrevistados a perguntas sobre questões sociais, culturais e políticas, como a pena de morte e o papel dos sindicatos na sociedade. Dos entrevistados, 38% foram classificados como de centro-direita, 26% de centro-esquerda, 22% de centro, 11% de direita e 4% de esquerda²².

Foi nesse contexto que o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), como suplente da CDHM em 2013, afirmou: “Como capitão do Exército, sou um soldado do Feliciano”, e acrescentou:

A agenda antes era outra, de uma minoria que não tinha nada a ver. Hoje, representamos as verdadeiras minorias. Acredito no Feliciano, de coração. Até parece que ele é meu irmão de muito tempo. Não sinto mais aquele cheiro esquisito que tinha aqui dentro e aquele peso nas costas²³.

Bolsonaro tem um histórico de posicionamentos racistas e de conflito com ativistas sociais e militantes de movimentos LGBT²⁴. Na mesma linha, no campo das igrejas, o mencionado pastor Silas Malafaia tornou-se amplamente conhecido por polêmicas midiáticas contra os direitos homossexuais e o aborto, desde a campanha presidencial de 2010²⁵. Observa-se, portanto, um contexto em que tem se fortalecido a articulação entre políticos conservadores não vinculados às igrejas evangélicas, lideranças políticas evangélicas e lideranças evangélicas midiáticas, compondo um quadro de reverberação de pautas conservadoras, com amplo apoio do eleitorado nacional, como se verificou nas últimas eleições.

Com discursos dentro do ideário da moral cristã (contra o aborto e o controle da natalidade, e a favor da assistência psicológica a homossexuais, como se a opção sexual fosse uma doença a ser tratada) aliado a princípios caros ao liberalismo na política e na economia (Estado mínimo e elogios ao livre mercado), essas personagens têm captado apoios para além do círculo religioso. Na visão destas lideranças, a família está sob a ameaça dos movimentos civis de gênero e enfrentamento da violência sexual, reforçados pela abertura a estas demandas no campo político, intensificada a partir de 2002. Alguns apelos ainda tomam como

ingrediente a ameaça do comunismo tomar conta do Brasil, o que, segundo esses discursos, seria o verdadeiro propósito do governo do PT ²⁶.

Todo este processo é corroborado pelas tradicionais empresas de mídia brasileiras que, pelo menos na última década, em especial na cobertura noticiosa, tem dado amplo espaço para analistas e comentaristas defenderem abertamente perspectivas e valores conservadores, como é o exemplo de Arnaldo Jabor, Alexandre Garcia e Merval Pereira, nas Organizações Globo; Reinaldo Azevedo, na revista *Veja*; José Luiz Datena e Boris Casoy, no Grupo Bandeirantes; Marcelo Rezende, na Rede Record; Luiz Pondé, na TV Cultura; e mais recentemente, Rachel Sheherazade, no SBT²⁷.

No entanto, o Brasil não é um caso isolado, de acordo com estudos sobre o fortalecimento de grupos conservadores nos Estados Unidos e na Europa. Michael Löwy afirma sobre o caso europeu:

As eleições europeias confirmaram uma tendência observada já há alguns anos na maior parte dos países do continente: o crescimento espetacular da extrema direita. (...) Essa extrema direita é muito diversa, podendo-se observar uma vasta gama que vai desde os partidos abertamente neonazistas – como o Aurora Dourada grego – até as forças burguesas perfeitamente integradas no jogo político institucional, como a suíça UDC (União Democrática de Centro). O que eles têm em comum é o nacionalismo excessivo, a xenofobia, o racismo, o ódio contra imigrantes – principalmente “extraeuropeus” – e contra ciganos (o mais velho povo do continente), a islamofobia e o anticomunismo. A isso pode-se acrescentar, em muitos casos, o antissemitismo, a homofobia, a misoginia, o autoritarismo, o desprezo pela democracia e a eurofobia. Quanto a outras questões – por exemplo, ser a favor ou contra o neoliberalismo ou a laicidade – a corrente se mostra mais dividida. Seria um erro acreditar que o fascismo e o antifascismo são fenômenos do passado²⁸.

Aqui a reeleição de Marco Feliciano, Jair Bolsonaro e tantos outros representantes dessa linha conservadora no pleito de 2014, denota o quanto avança seu espaço e legitimidade. Portanto, a despeito de reações do tipo “Marco Feliciano não me representa”, há quem se sinta representado, o que indica a força destas articulações ideológicas em curso na sociedade brasileira. O deputado Arolde de Oliveira, em entrevista sobre os evangélicos no PSD, declarou: “O PSD é reflexo da própria sociedade. Não é só o Estado do Rio, nós somos uma nação conservadora”²⁹. O perfil das manifestações de rua em oposição à reeleição da presidenta da República Dilma Rousseff e às políticas do governo federal, realizadas em 2015, também reflete esse quadro³⁰.

As transformações e as novas dimensões na relação mídia-religião

As igrejas, em geral, nunca descartaram uma interação com as mídias, pois estas tornavam possível publicidade e visibilidade de sua presença nos espaços sociais. No Brasil, a presença mais intensa das igrejas nas mídias remonta aos anos 1950 do século passado, com o rádio. A partir dos anos 1990, há um amplo empreendimento da presença cristã na TV e nas diferentes mídias, e entre os evangélicos, mais precisamente os pentecostais, formaram-se grupos marcadamente hegemônicos no segmento. A formação da bancada evangélica no Congresso Nacional em 1986 foi determinante para a conquista de concessões de rádio e TV³¹. Na última década, a expressiva representatividade dos evangélicos no país, com o conseqüente declínio do catolicismo, e a ampliação de sua presença nas mídias e na política, torna este grupo religioso um segmento de mercado com produtos e serviços especialmente desenhados para atender às suas necessidades religiosas, sejam de consumo de bens, sejam de lazer e entretenimento.

Ao mesmo tempo, as grandes mídias seculares assimilam esta atmosfera e passam a produzir programas, ou parcelas deles, para disputar audiência cristã: abrindo espaço para a música cristã contemporânea “gospel” e seus artistas, patrocinando festivais e megaeventos de rua, veiculando programas de entretenimento com temática religiosa, inclusive com a criação de personagens para telenovelas³².

O ano de 2013, com o “caso Marco Feliciano” e seus desdobramentos, pode ser considerado paradigmático, pois nunca antes daquele período evangélicos estiveram tão em evidência nas mídias não religiosas. O deputado foi entrevistado, em 2013, por todos os grandes veículos de imprensa, e participou dos mais variados programas de entretenimento – de *talk-shows* a humorísticos e *game shows*. Foi tratado com simpatia em entrevista a *Veja*³³, defendido pelo jornalista Alexandre Garcia³⁴ e pela apresentadora do Jornal do SBT Rachel Sheherazade³⁵, com o argumento de “liberdade de opinião”. Os veículos não desprezaram a dimensão dos escândalos relacionados ao caso, somada à atraente questão da homossexualidade que estimula emoções e paixões humanas e expõe a vida íntima de celebridades.

De fato, as reações de grupos de oposição a Feliciano com manifestações dentro e fora do Parlamento, até mesmo em igrejas frequentadas pelo pastor, foram reduzidas pela cobertura das mídias a uma disputa entre o presidente da CDHM, a aliada Frente Parlamentar Evangélica e seus “soldados”, e ativistas e simpatizantes dos movimentos LGBT, negros e feministas, encabeçados pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), declarado militante homossexual. A mí-

dia noticiosa declarou a “guerra” entre Feliciano e Wyllys, ou, entre evangélicos e os movimentos de minorias, com ênfase na dimensão da homossexualidade. Toda a potência do caso também foi inflada nas redes sociais digitais³⁶.

Declarações de Marco Feliciano, fartamente expostas nas mídias noticiosas, alimentaram o imaginário evangélico da perseguição religiosa, e circularam amplamente pelas redes digitais. Os extratos a seguir de falas do deputado são ilustrativos:

Existe uma ditadura chamada [...] “gaysista” Eles querem impor o seu estilo de vida e a sua condição sobre mim. E eles lutam contra a minha liberdade de pensamento e de expressão. Eles lutam pela liberdade sexual deles. Só que antes da liberdade sexual deles, que é secundária, tem que ser permitida a minha liberdade intelectual. A minha liberdade de expressão. Eu posso pensar. Se tirarem o meu poder de pensar, eu não vivo. Eu vegeto e morro.³⁷

O amplo espaço dado a Feliciano e seus aliados para a exposição de seus argumentos, até mesmo em *game shows* e programas de humor, exibidos com simpatia, evidenciou que estes personagens ganharam um tratamento afável das mídias. O pastor Silas Malafaia ganhou até mesmo *status* de porta-voz dos evangélicos brasileiros, tamanha a incidência de sua presença em espaços diversos em todas as grandes mídias³⁸.

Venício Lima (2009) chama a atenção para o papel mais importante que as mídias desempenham: o poder de longo prazo que elas têm na construção da realidade por meio da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana e, particularmente, dos políticos e da política. “É através da mídia – em sua centralidade - que a política é construída simbolicamente, adquire um significado”³⁹.

Portanto, retomando a constatação de que Feliciano, Malafaia e Bolsonaro representam uma parcela conservadora da sociedade brasileira, é possível reconhecer uma afinidade entre estes líderes e quem produz e emite conteúdos das mídias. Isto explicaria o apagamento da discussão da origem do caso: a indicação de Marco Feliciano à CDHM relacionada às afirmações racistas e homofóbicas do deputado e seu nítido distanciamento da defesa dos direitos humanos. No mesmo sentido, esta noção elucidaria a indiferença midiática às polêmicas em torno de Silas Malafaia entre os próprios evangélicos⁴⁰. É possível interpretar ainda esta “boa-vontade” com o fato de os evangélicos terem se tornado mais visíveis e tornarem-se um segmento de mercado a ser considerado e “agradado”.

Antonio Rubim contribui com a interpretação desta dinâmica quando trata da midiaticização da política⁴¹. O pesquisador chama a atenção para o fato de muitos autores contemporâneos enfatizarem a ideia de que as mídias, mais

especificamente a TV, tornaram-se espaço privilegiado na luta política do tempo presente, tanto em tempo de eleições quanto no dia a dia. Por isso, a midiaticização da política representa de alguma forma “a absorção da lógica produtiva da mídia, imediatamente identificada com a lógica produtiva do espetacular, em detrimento de uma outra política. [...] A mídia então faz política”⁴².

Entretanto, Rubim também considera que a política midiaticizada pode ser entendida como a política “que transita na contemporânea dimensão pública da sociabilidade, buscando adequar-se a este espaço e as linguagens próprias da mídia, sem com isto importar uma tal lógica produtiva que impeça a política de se realizar e buscar suas pretensões”⁴³. É preciso atentar, portanto, para a política nas mídias e a política das mídias.

Desta forma, é possível afirmar que a relação entre religião e política no tempo presente, no Brasil, é marcada por um processo de midiaticização. Nesse caso, a lógica produtiva das mídias, baseada na espetacularização, é assumida pela religião e pela política em intercâmbio. Este intercâmbio dá-se também no terreno da ideologia, marcada pelo conservadorismo religioso e midiático, ocorrendo o que Max Weber nominou “afinidades eletivas”⁴⁴. Segundo Weber, para a consolidação do capitalismo foi fundamental o intercâmbio deste com a cultura religiosa protestante puritana de matriz calvinista. Isto foi possível pelo fato de o protestantismo possuir afinidades (simpatia, similaridades) eletivas (escolhas) com o capitalismo. O protestantismo ascético era marcado por forte tendência à racionalidade, ética baseada no trabalho um fim em si mesmo, e era condescendente com a usura nas relações comerciais – valores fortemente presentes no capitalismo.

Este intercâmbio possibilitado pela midiaticização da religião e da política pode ajudar na compreensão dos significados em torno da “boa vontade” das mídias com Marco Feliciano, Silas Malafaia e, em 2014, com o candidato à Presidência da República pastor Everaldo, que ganhou até mesmo destaque entre os entrevistados do Jornal Nacional, onde foi tratado como um dos principais candidatos⁴⁵.

Mídia, democracia e Estado laico

Se o neoconservadorismo evangélico tem suas marcas na política com as reações aos avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o conservadorismo midiático se revela na forma como o noticiário despreza avanços nas relações políticas com os movimentos sociais e reage à concessão de direitos às classes desprivilegiadas, atuando pela manutenção do *status quo*⁴⁶. Isto corresponde ao fato de que o sistema de mídia no Brasil é controlado por grupos familiares vinculado às tradicionais oligarquias políticas regionais e locais.

Consolidou-se, portanto, entre nós um sistema de mídia concentrado, liderado pela televisão e, em boa parte, controlado por grupos familiares vinculados às oligarquias políticas regionais e locais. Essas características específicas é que fazem com que, no Brasil, o poder da mídia assuma, potencialmente, proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos⁴⁷.

Identificam-se, portanto, afinidades eletivas entre o jornalismo veiculado pelas grandes mídias e as lideranças evangélicas em destaque na política. Exemplo destacado é a ampla campanha pela redução da maioria penal assumida pelas mídias noticiosas e liderada pelo senador evangélico Magno Malta (PR/ES) com apoio do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha⁴⁸.

Como este estudo transparece, não é mais possível estudar a relação mídia e religião, tanto na perspectiva das mídias religiosas quanto na das mídias seculares, sem se considerar a midiatização da religião e da política. Esse é um fenômeno que marca o momento atual da política brasileira, em que os evangélicos se colocam na arena como um bloco organicamente articulado. Os evangélicos não são mais “os crentes” ou os grupos fechados de outrora. A separação social, “do mundo”, deixa de ser um valor evangélico da tradição fundamentalista-puritana: são hoje um grupo que desenvolve a cultura “da vida normal” combinada com a religião com presença nas mídias, moda própria, artistas e celebridades, inserção no mundo do mercado e do entretenimento. Além disso, esse segmento religioso se vê fortalecido como parcela social que tem suas próprias reivindicações e pode eleger seus próprios representantes para os espaços de poder público.

E aqui, não é possível criticar a presença de grupos religiosos na arena política com a alegação de que o Brasil é um Estado laico. Por mais que o racionalismo e o positivismo insistam em fazer valer as suas formas de dar respostas como aquelas que devem ser levadas em conta numa prática democrática coerente, não é mais possível ignorar o lugar das subjetividades e de práticas coletivas delas decorrentes, como as religiões, na construção de novas formas de reação às demandas tão diversas e plurais na contemporaneidade⁴⁹. Um Estado laico deve ser espaço de liberdade de crença, o que significa espaço para a manifestação pública dos que têm algum tipo de crença e dos que não têm. E aí está incluída a esfera política.

Importa destacar que um Estado laico no Brasil é uma busca não plenamente alcançada, desde que o Estado se desvinculou da Igreja Católica com a República. Esta questão tornou-se mais intensificada com a presença de uma bancada identificada como religiosa no Parlamento, cujas pautas só estão mais evidenciadas por conta de alianças com segmentos conservadores, fortalecidos no presente, no Brasil, como descrito acima. No entanto, não se deve colocar apenas nos evangélicos o peso do comprometimento da laici-

dade do Estado. Há muitos anos, a fé católica romana interfere na dinâmica social, política e cultural do país, a começar com a existência de feriados nacionais relacionados aos santos e às festas católicas, passando pelos crucifixos em destaque nas paredes das repartições públicas e tribunais de Justiça até chegar no Acordo Brasil-Vaticano, de 2009, que concede isenção tributária a instituições católicas, privilegia a Igreja Católica no ensino religioso nas escolas públicas, e garante cooperação para preservar e valorizar os bens culturais católico-romanos⁵⁰. A atuação dos evangélicos no Parlamento torna-se ampliação do espaço que já vem sendo dado, há tempos, pelos poderes da República ao Catolicismo. Questionar as posturas reacionárias da bancada evangélica em evidência, que põem em risco conquistas históricas no campo dos direitos humanos e de gênero, é imperativo, mas este questionamento deve ser acompanhado da indagação das posturas referentes ao catolicismo romano de igual modo.

Com tudo isto, a presença da religião cristã da vertente evangélica nas mídias e na política não pode ser interpretada como ameaça, mas como fator que é revelador do próprio avanço da democracia. O que se torna urgente é a possibilidade do debate e de expressão das diferentes vozes. Isto é o que precisa ser garantido neste contexto democrático, e é aqui que o lugar das mídias se reveste de importância. Nesse caso, superando o tratamento dos evangélicos como um grupo homogêneo, rechaçando tendências unificantes de um segmento formado por uma expressiva variedade de grupos, de distintas origens, práticas e doutrinas, mas tornando nítidas e públicas as diferentes posturas e projetos deste segmento no campo político.

Em síntese, são movimentos da dinâmica sociopolítica e religiosa midiaticizada que marcam novas tendências no quadro sociopolítico e cultural e devem ser devidamente investigados nos tempos por vir.

RESUMO

Descrever e interpretar a maior ocupação de espaço pelos evangélicos na política partidária e como mídias tratam a questão é o objetivo deste artigo. Para isso, são tomados por base três elementos que emergem da observação do fenômeno: a reconfiguração do lugar dos evangélicos na política; a emergência do neoconservadorismo evangélico; as transformações na relação mídia-religião. O processo interpretativo está ancorado nos estudos em mídia, religião e cultura, pela autora do trabalho e nos aportes de teóricos em comunicação e política e em sociologia da religião. Matérias noticiosas e analíticas de jornais e revistas foram utilizadas como referências para o estudo do caso e seus desdobramentos, tanto como fonte de dados quanto como *corpus* de discursos das personagens envolvidas.

PALAVRAS-CHAVE

Política; religião; mídia; evangélicos; conservadorismo.

ABSTRACT

The objective of this article is to describe and interpret the larger space occupation by Protestants in party politics and how mainstream media treat the issue. For this, three elements that emerge from the observation of the phenomenon are taken as a base: the reconfiguration of the place of Protestants in politics; the emergence of a Protestant neo-conservatism; the changes in the media-religion relationship. The interpretative process is anchored in studies on media religion and culture by the author of the work and theoretical contributions in communications and politics and sociology of religion. News and analytical articles in newspapers and magazines were used as references for the case study and its consequences, both as a source of data and as a *corpus* of speeches by the characters involved.

KEYWORDS

Politics; religion; media; Protestants; conservatism

NOTAS

1. Doutora em Ciências da Comunicação, docente e pesquisadora da Universidade Metodista de São Paulo, magali.cunha@metodista.br.

2. A complexidade dos estudos referentes aos evangélicos no Brasil, pela multiplicidade de denominações que compõem este campo religioso na atualidade, tem levado estudiosos à tentativa de elaboração de tipologias, elas próprias múltiplas e, sem dúvida, insatisfatórias. Os evangélicos são identificados por meio de uma miríade de igrejas, por sua vez agrupadas, de forma sintética, como históricas (protestantes que se estabeleceram no país a partir da primeira metade do século XIX) e pentecostais (estabelecidos no Brasil a partir do início do século XX, conhecidas como igrejas de cura divina). No grupo de pentecostais encontram-se os denominados “neopentecostais”, grupos relacionados a novos movimentos religiosos do final do século XX, identificados pela pregação da busca de prosperidade material e de práticas de exorcismo. CUNHA, Magali do Nascimento. *A Explosão Gospel*. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

3. O fundamentalismo é um movimento religioso e conservador, nascido entre os protestantes dos EUA no início do século XX, que tem como princípio os *Fundamentals* – elementos elencados como fundamentos da fé e da doutrina cristãs, baseados na interpretação literal de narrativas e ensinamentos da Bíblia. Sobre o Fundamentalismo, suas origens e ênfases, ver RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “Por uma Teologia da Criação que supere os fundamentalismos”. In: RUBIO, A. G., AMADO, J. P. *Fé cristã e pensamento evolucionista. Atualizações teológico-pastorais a um tema desafiador*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 133-154. Sobre fundamentalismo e identidade evangélica no Brasil ver CUNHA, idem.

4. O que está relacionado à característica (4) do parágrafo anterior.
5. FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.
6. Sobre isto ver CUNHA, Magali do Nascimento. Rebanho não tão unânime. *O Estado de S. Paulo* (Caderno Aliás), 26 jul 2012. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,rebanho-nao-tao-unanime,907493,0.htm>. Acesso em: 5 jul. 2015.
7. O famoso “Caso Marco Feliciano” diz respeito à indicação, em 2013, pelo Partido Social Cristão (PSC), do membro de sua bancada na Câmara dos Deputados, o pastor evangélico Marco Feliciano (SP) para presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM). A indicação gerou reações de grupos pela causa dos Direitos Humanos, que alegaram ser o deputado conhecido por veicular em mídias religiosas declarações discriminatórias de pessoas negras e homossexuais. O partido alegou estar seguindo protocolo que lhe dava o direito de indicar a presidência daquela comissão, como parte dos trâmites dos processos democráticos do Parlamento, e o deputado foi mantido na função. Decorreu daí uma “bola de neve” com reações em torno do caso, defesa do deputado da parte de grupos evangélicos e ampla cobertura das mídias. Sobre o caso ver: CUNHA, Magali do Nascimento. Entre verdades, falácias e necessidades. O caso Marco Feliciano e a pauta dos direitos humanos. *Le Monde Diplomatique*, n. 81, abr 2014. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1620>. Acesso em 2 set 2015. Ver também CUNHA, Magali do Nascimento. O lugar das mídias no processo de construção imaginária do “inimigo” no caso Marco Feliciano. *Comunicação, Mídia e Consumo*, ano 10, v.10 n.29, p.51-74, set-dez, 2013. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/607/pdf>. Acesso em: 2 set. 2015.
8. De acordo com o Censo de 2010 (IBGE), os cristãos representam 86,8% da população – quase nove em cada dez brasileiros se declaram cristãos. Dentro deste agrupamento religioso encontram-se fundamentalmente dois segmentos: os católico-romanos, 64,6% (queda de 9,27 em relação ao Censo de 2000), e os evangélicos, 22,2% (crescimento de 6,4 em relação ao censo anterior).
9. Sobre isto ver COUTINHO, Mateus. Evangélicos projetam aumento de 30% da bancada na eleição do ano que vem. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 dez 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,evangelicos-projetam-aumento-de-30-da-bancada-na-eleicao-do-ano-que-vem,1112414,0.htm>. Acesso em: 5 jul. 2015.
10. CUNHA, Magali do Nascimento. Evangélicos e as eleições 2014: primeiro balanço pós-5 de outubro. *Instituto Humanitas Unisinos*, 15 out 2014. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/536286-evangelicos-e-as-eleicoes-2014-primeiro-balanco-pos-5-de-outubro>. Acesso em: 5 jul. 2015.
11. Sobre isto ver: LEAL, Luciana Nunes. No Rio, PSD vira ‘feudo’ de evangélicos. *O Estado de S. Paulo*, 22 fev. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/>

impresso,no-rio-psd-vira-feudo-de-evangelicos,838912,0.htm. Acesso em: 5 jul. 2015.

12. Nos materiais informativos sobre o PROS, não foram encontrados registros do nome específico da igreja à qual Eurípedes Júnior se vincula.

13. BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura Política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007, p. 303.

14. Fontes: *Site do Partido Republicano Cristão*. Disponível em <http://www.prc.org.br/>), acesso em 30 mai 2015; *Facebook/Partido Republicano Cristão*. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/PRC-Partido-Republicano-Crist%C3%A3o/1453322154927975?fref=ts>. Acesso em: 30 mai. 2015.

15. CUNHA, Magali do Nascimento. Chaves teórico-interpretativas da intensa aproximação das Organizações Globo com o segmento evangélico no Brasil: audiência, mercado, política e poder. *Comunicação & Inovação*, v. 16, n. 31, p. 59-75. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/3038/1763. Acesso em: 2 set. 2015.

16. Essas Comissões são a “Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993, do Sr. Benedito Domingos e outros, que “altera a redação do art. 228 da Constituição Federal” (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos), e apensadas - PEC17193” e a “Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6583, de 2013, do Sr. Anderson Ferreira, que “dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências”, e apensado - PL658313”.

17. Sobre Eduardo Cunha e seu poder, ver os relevantes artigos: PHILLIPS, Dom. Does Brazil’s new speaker of the lower house want the government to fall? *The Washington Post*, 29 mai. 2014. Disponível em https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/brazilian-oppositon-leader-eduardo-cunha-has-his-sights-on-the-presidency/2015/05/28/37efa0c6-03d7-11e5-93f4-f24d4af7f97d_story.html. Acesso em 5 jul. 2015. MARTÍN, M. Com tática de guerra relâmpago, bancada conservadora ganha posições. *El País*, 5 jul. 2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/03/politica/1435956374_637179.html. Acesso em 5 jul. 2015.

18. Marco Feliciano postou no Twitter (30 mar. 2011) afirmações como: “A maldição que Noé lança sobre seu neto, canaã, respinga sobre continente africano, daí a fome, pestes, doenças, guerras étnicas!”. Sobre esta compreensão ver: PINAR, William F. O corpo do pai e a raça do filho: Noé, Schreber e a maldição do pacto. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. 35-44.

19. Estas afirmações podem ser encontradas em vídeos postados no Youtube com pregações religiosas do pastor Marco Feliciano e registradas em matérias noti-

ciosas como: Em novo vídeo, Marco Feliciano diz que Caetano é do diabo. *Veja*, 10 abr 2013. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/em-mais-um-video-na-internet-marco-feliciano-diz-que-caetano-veloso-e-do-diabo>. Acesso em: 13 fev. 2014.

20. O termo conservadorismo é usado aqui no sentido da ciência política, referente a posições que visam à “manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 242. Houve transformações nestas bases ao longo do século XX no que se refere aos evangélicos: emergiram grupos abertos à atuação social e ao ecumenismo. No entanto, o conservadorismo tem sido predominante entre os evangélicos, característica que se verifica historicamente na omissão das igrejas frente à implantação da ditadura militar no Brasil (1964-1985), postura associada ao isolamento de demandas sociais e de participação política, como mencionado no primeiro parágrafo do item *A reconfiguração do lugar dos evangélicos na política*, deste texto, e também tornou possível o alinhamento de parte das lideranças evangélicas com o governo de exceção. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. V. 2. Brasília: CNV, 2014.

21. CUNHA, Magali do Nascimento. Gênero, religião e cultura: um olhar sobre a investida neoconservadora dos evangélicos nas mídias no Brasil. In: SOUZA, Sandra Duarte, SANTOS, Naira Pinheiro. *Estudos feministas e religião: tendências e debates*. Curitiba: Prismas/Methodista, 2014. p. 101-126.

22. MENDONÇA, Ricardo. Ideologia interfere pouco na decisão de voto, diz Datafolha. *Folha de S.Paulo*, 14 out 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/133801-ideologia-interfere-pouco-na-decisao-de-voto-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 5 jul. 2015.

23. COSTA, Fabiano, PASSARINHO, Nathalia. ‘Sou um soldado do Feliciano’, afirma deputado Jair Bolsonaro. *G1*, 27 mar 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/sou-um-soldado-do-feliciano-afirma-deputado-jair-bolsonaro.html>. Acesso em: 5 jul. 2015.

24. Em novembro de 2011, chegou a pedir à presidente Dilma Rousseff, da tribuna da Câmara, para que ela assumisse se gostava de homossexuais. Em março do mesmo ano, respondeu que “não discutiria promiscuidade” ao ser questionado em um programa de TV pela cantora Preta Gil sobre como reagiria caso o filho namorasse uma mulher negra. Sobre o caso ver a matéria CASTRO, Juliana. Preta Gil vai processar Jair Bolsonaro por declarações em programa de TV. *O Globo*, 29 mar. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/politica/preta-gil-vai-processar-jair-bolsonaro-por-declaracoes-em-programa-de-tv-2803805#ixzz2tU4qowTO>. Acesso em: 5 jul. 2015.

25. CUNHA, Magali do Nascimento. Gênero, religião e cultura.... *Op. cit.*

26. Sobre isto ver CASADO, José. A direita avança. *O Globo*, 8 jul 2104. Disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniaao/a-direita-avanca-13171346#ixzz376hEcRGH>. Acesso em: 5 jul. 2015.
27. COUTO, Aluázio. Preferências ideológicas e jornalismo tribal. *Observatório da Imprensa*, n.753, 2 jul 2013. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed753_preferencias_ideologicas_e_jornalismo_tribal. Acesso em: 9 fev. 2014.
28. LÖWY, Michel. Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia. *Folha de S.Paulo* (Ilustríssima), 15 jun. 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/171148-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extrema-direita-europeia.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2014.
29. LEAL, Luciana Nunes. “No Rio, PSD vira ‘feudo’ de evangélicos”. *O Estado de S.Paulo*, 22 fev 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,no-rio-psd-vira-feudo-de-evangelicos,838912,0.htm>. Acesso em: 5 jul. 2015.
30. Entre as muitas publicações referentes a esta temática ver VETTORIZO, Lucas. ‘2015 será o ano da direita nas ruas’, diz ativista que brigou com petistas. *Folha de S. Paulo*, 27 fev 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1595708-2015-sera-o-ano-da-direita-nas-ruas-diz-ativista-que-brigou-com-petistas.shtml>. Acesso em: 2 set. 2015.
31. CUNHA, Magali do Nascimento. *A Explosão Gospel. Op. cit.*
32. CUNHA, Magali do Nascimento. *Chaves Op. cit.*
33. LINHARES, Juliana. “Eu acredito no diálogo”. Entrevista Marco Feliciano. *Veja*, São Paulo, ano 46, ed. 2313, n. 12, 20 mar. 2013, p. 17-21.
34. GARCIA, Alexandre. Comentário na Rádio MetrÓpole, 5 abr 2013. *Youtube*. Áudio (2’33). Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=vuCTZaUdGgo. Acesso em: 5 jul. 2015.
35. SHEHERAZADE, Rachel. Comentário no Jornal do SBT, 20 mar. 2013. *Youtube*. Vídeo (2’48). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ICzFac9jNlQ>. Acesso em: 5 jul. 2015.
36. CUNHA, Magali do Nascimento. *O lugar das mídias... Op. cit.*
37. RODRIGUES, Fernando. Entrevista de Marco Feliciano à Folha e ao UOL. *UOL/Poder e Política*, 1 abr. 2013. Transcrição. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/04/02/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-marco-feliciano-a-folha-e-ao-uol.htm>. Acesso em: 5 jul. 2015.
38. CUNHA, Magali do Nascimento. Quem tem moral entre os evangélicos? *Observatório da Imprensa*, n. 848, 28 abr. 2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/quem-tem-moral-entre-os-evangelicos/>. Acesso em: 5 jul. 2015.

39. LIMA, Venício. Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Comunicação & Sociedade*, n. 51, p. 13-37, jan-jun. 2009, p. 21.
40. Sobre a rejeição das posturas de Silas Malafaia ver o artigo do pastor evangélico midiático Caio Fábio em reação à participação de Malafaia no Programa De Frente com Gabi (SBT, 3 fev. 2013), repercutido em várias mídias religiosas: Entrevista de Silas Malafaia à Gabi: muitos estão me perguntando o que penso. *Caio Fábio*. Disponível em: <http://www.caiofabio.net/conteudo.asp?codigo=06382>. Acesso em: 2 set. 2015. Ver também o artigo repercutido em diversas mídias religiosas: SIQUEIRA, Paulo. Silas Malafaia não representa o povo evangélico brasileiro. *As pedras clamam*. Disponível em: <https://pedrasclamam.wordpress.com/2012/10/12/silas-malafaia-nao-representa-o-povo-evangelico-brasileiro>. Acesso em: 2 set. 2015.
41. Aqui o conceito de midiaticização tomado por Rubim é relacionado àquele desenvolvido por José Luiz Braga, assumido neste trabalho: os novos processos interacionais (de sociabilidade) que “se realizam de modos bastante diversos, em sociedades específicas”, e que se desenvolvem segundo as lógicas das mídias. BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia*. Dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
42. RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetáculo, Política e Mídia. In: *BIBLIOTECA On-Line de Ciências da Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2015. p. 16.
43. *Idem*.
44. WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
45. Sobre isto ver Pastor Everaldo é entrevistado no Jornal Nacional. *Zero Hora*, 19 ago 2015. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/08/pastor-everaldo-e-entrevistado-no-jornal-nacional-4578993.html>. Acesso em: 5 jul. 2015.
46. AZEVEDO, Fernando Antonio. Democracia e mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes. In: GOULART, Jefferson O. (org.). *Mídia e Democracia*. São Paulo: Anablume, 2006, p. 23-46.
47. LIMA, Venício. *Op. cit.*, p. 29.
48. CUNHA, Magali do Nascimento. Políticos evangélicos em campanha contra avanços no campo dos direitos humanos e sociais: desinformação, confusão e retórica do terror. *Mídia, Religião e Política*, 19 nov. 2013. Disponível em: <http://midiareligiaopolitica.blogspot.com.br/2013/11/politicos-evangelicos-em-campanha.html>. Acesso em: 13 fev. 2014.
49. O filósofo Jürgen Habermas contribui com esta temática nas obras: HABER-

MAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003; Idem, RATZINGER, Joseph. *Dialética da Secularização: sobre razão e religião*. 3. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2007; Idem. *Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. V. I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012; Idem. *Fé e Saber*. São Paulo: Unesp, 2013.

50. Decreto 7107, de 11 de fevereiro de 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm. Acesso em: 2 set. 2015.